

Dimensões políticas dos eventos econômicos

ROGÉRIO PEREIRA DE ANDRADE



O mundo real é marcado por um comportamento instável dos mercados. Anarquia da produção e instabilidade sistemática são suas características distintivas. A única forma de se obter alguma estabilização é através da construção racional de instituições reguladoras, das quais o uso consciente de políticas macroeconómicas é apenas uma delas.

A regulação se justifica porque os problemas econômicos são demasiado complexos para serem resolvidos espontaneamente pelas forças cegas de mercado. Por serem em sua natureza desorganizadas e por operarem num mundo em que a incerteza quanto ao resultado futuro das ações presentes é uma característica marcante, deixadas a seu bel-prazer, trazem invariavelmente a desordem econômica e o caos.

Uma possível solução para o problema da instabilidade macroeconómica crônica é a busca de instrumentos novos e mais atualizados de política econômica, como vários países têm feito defensivamente ao longo de uma história de crises recorrentes do sistema capitalista. Num mundo em permanente mudança, os indivíduos e instituições precisam ser criativos e heterodoxos em suas iniciativas, sob pena de rapidamente se perceberem anacrônicos e obsole-

tos. As experiências bem-sucedidas de estabilização macroeconómica e reformas estruturais virtuosas demonstram que a ortodoxia e o saber convencional, em matéria econômica e institucional, são insuficientes para enfrentar os desafios colocados por sistemas econômicos e de poder globalizados e sob ação fulminante de transformações definitivas. Desconsiderar os aspectos políticos e institucionais endógenos às questões econômicas, que tornam tão difíceis os esforços de estabilização e mudança-estrutural, é meio caminho andado para diagnósticos equivocados.

Um aspecto importante a ser considerado é a existência, no capitalismo moderno, de grupos organizados de agentes — agricultores, industriais, comerciantes, financeiros, grandes corporações, sindicatos, autoridades públicas — que tentam usar seu poder (econômico e político) de mercado para promover mudanças a seu favor na configuração dos preços relativos e na estrutura de distribuição da riqueza. Portanto, nas suas posições relativas de apropriação de renda corrente e futura.

Certamente, tal estado de coisas dificulta a eficácia das políticas de administração da demanda, que se mostram limitadas para se contrapor à inflação gerada por estas demandas conflitantes, a não ser que sejam excessivamente prolongadas e violentamente destrutivas em termos de produto e emprego, o que requer um poder efetivo de dissuasão

e instrumentos de gestão de que em geral os Estados nacionais não dispõem.

Esta situação impõe o reconhecimento das influências da esfera política sobre as decisões econômicas governamentais. Neste aspecto, os eventos econômicos devem ser considerados num contexto de interação complexa entre o comportamento dos mercados e a ação governamental. Em outras palavras, um intercâmbio permanente, eminentemente conflituoso entre as instâncias do político e do econômico, marcado por fortes tensões entre, de um lado, a dinâmica do processo político e social e, de outro, os requisitos básicos para políticas públicas exitosas.

Estas observações são úteis para evidenciar que o principal desafio da nova equipe econômica está em administrar com eficácia aquele conflito, que exige que a condução da política econômica e a gerência de reformas estruturais estejam sob a chancela de uma eficiente coordenação política.

A incapacidade política de coordenar a conjuntura econômica materializa-se em condução errática da política econômica. Por exemplo, as dificuldades encontradas na confecção de um ajuste fiscal, no controle monetário e no estabelecimento de uma política negociada de preços e salários decorrem, em parte, do fato de que as trocas econômicas e políticas entre Estado e sociedade não avançaram o suficiente para construir um pacto de poder relativamente hegemônico e uma agenda de

consenso daí decorrente capaz de minimizar os efeitos dos conflitos crônicos. Até porque os déficits fiscais são fruto, entre outros fatores, de grupos de pressão organizados inseridos no Estado em ação permanente em prol de seus interesses corporativistas.

Numa economia cartelizada, é menos complexo o processo de coordenação orientada de preços. O grande desafio é encontrar os agentes representativos e com elevado grau de confiabilidade capazes de exercer com eficácia o papel de negociadores e administradores das pautas de preços geradas no âmbito de políticas de rendas.

Como o atual processo inflacionário não se caracteriza pelo excesso de demanda, torna-se ainda mais urgente a busca de novas soluções. A administração da demanda, embora importante, é insuficiente para o êxito pleno da estabilização. A dinâmica de expectativas inflacionárias desfavoráveis e as práticas generalizadas de indexação formal e informal dominam a formação de preços. É pequeno o efeito do comportamento da demanda sobre as decisões correntes de preço. Somente algum tipo de política de rendas é capaz de romper este obstáculo. Contudo, é impensável uma tal forma de interferência sobre o sistema de preços e de mercado que não resulte de um entendimento realista da natureza política da atual crise econômica.

Rogério Pereira de Andrade é economista do Centro de Estudos de Conjuntura do Instituto de Economia da Unicamp